

Oralidade africana e cultura afro-brasileira no ambiente educacional: algumas reflexões

African orality and afro-brazilian culture in the educational environment: some reflections

Oralidad africana y cultura afro-brasileña en el entorno educativo: algunas reflexiones

Recebido: 21/02/2020 | Revisado: 02/03/2020 | Aceito: 14/03/2020 | Publicado: 17/03/2020

Valéria da Silva Lima

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9468-8664>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Brasil

E-mail: valeriaslima8910@yahoo.com.br

Alyxandra Nunes

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5043-4673>

Universidade Federal da Bahia, Brasil

E-mail: alyxandragomes@gmail.com

Eduardo dos Santos de Oliveira Braga

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8742-6981>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Brasil

E-mail: eduardo.braga@ifrj.br

Resumo

Este trabalho tem como objetivo propor algumas reflexões e considerações a respeito da cultura afro-brasileira no ambiente educacional, bem como a importância da oralidade africana neste contexto. Estudaremos sobre a contribuição deixada pela África Antiga passada para as futuras gerações a partir da palavra, legado de preservação e divulgação da cultura. Esse estudo é teórico de abordagem qualitativa onde aprofundamos nos discursos de autores que estudaram a temática africana, afro-brasileira e aspectos da tradição oral na África Antiga. As Diretrizes Curriculares Nacionais para as questões étnico-raciais (2004), bem como as Leis 9.394/1996, 10.639/03 e 11.645/2008 formaram nosso campo de estudo nas políticas públicas que garantem a inclusão da temática no currículo escolar. Pretendemos colaborar para que a temática africana, afro-brasileira e indígena seja um caminho de manifesto, luta, valorização e reparação cultural para a equidade educativa.

Palavras-chave: Tradição oral; Africanidades; Reparação; Inclusão social.

Abstract

This work aims to propose some reflections and considerations about Afro-Brazilian culture in the educational environment, as well as the importance of African orality in this context. We will study the contribution left by Ancient Africa passed to future generations from the word, legacy of preservation and dissemination of culture. This study is theoretical with a qualitative approach where we delve into the speeches of authors who have studied the African, Afro-Brazilian theme and aspects of oral tradition in Ancient Africa. The National Curriculum Guidelines for ethnic-racial issues (2004), as well as Laws 9.394 / 1996, 10.639 / 03 and 11.645 / 2008 formed our field of study in public policies that guarantee the inclusion of the theme in the school curriculum. We intend to collaborate so that the African, Afro-Brazilian and indigenous themes are a path of manifest, struggle, valorization and cultural reparation for educational equity.

Keywords: Oral tradition; Africanities; Repair; Social inclusion.

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo proponer algunas reflexiones y consideraciones sobre la cultura afrobrasileña en el entorno educativo, así como la importancia de la oralidad africana en este contexto. Estudiaremos la contribución dejada por África Antigua transmitida a las generaciones futuras de la palabra, legado de preservación y difusión de la cultura. Este estudio es teórico con un enfoque cualitativo en el que profundizamos en los discursos de autores que han estudiado el tema africano, afrobrasileño y aspectos de la tradición oral en la antigua África. Las Pautas del Currículo Nacional para cuestiones étnico-raciales (2004), así como las Leyes 9.394 / 1996, 10.639 / 03 y 11.645 / 2008 formaron nuestro campo de estudio en políticas públicas que garantizan la inclusión del tema en el currículo escolar. Tenemos la intención de colaborar para que los temas africanos, afrobrasileños e indígenas sean un camino de manifestación, lucha, valorización y reparación cultural para la equidad educativa.

Palabras clave: tradición oral; Africanidades; Reparación; Inclusión social.

1. Introdução

Os movimentos sociais e o contexto da sociedade plural impõem as instituições escolares diversas discussões relevantes de temas complexos relacionados às diferenças étnicas, culturais, raciais e de gênero. O maior desafio das escolas brasileiras é trabalhar tais questões respeitando:

[...] as características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal (BRASIL, 1997 p.121).

A escola, nesse sentido, tem papel fundamental na construção de identidades, na quebra de paradigmas preconceituosos e racistas para a inserção dos renegados nos diferentes espaços sociais e culturais. Neste cenário, o ensino da história e da cultura afrodescendente pautado no respeito à diversidade se estabelece como um importante meio de conscientização e resistência. Valorizar as matrizes africanas e os conteúdos sobre “[...] a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil” (BRASIL, 2003, p.1) são premissas legais e que necessitam de constantes reflexões e estudos. É sobre este olhar que nosso trabalho se estabelece.

A constante necessidade de reflexões e estudos com relação ao assunto gira em torno de diversos aspectos, como o projeto por trás das leis que preconizam o assunto nas escolas; a história pregressa dos negros no Brasil; as potencialidades e os desafios perante aos atuais fatos políticos brasileiro; entre outros. Neste escrito, atentamo-nos para reflexões (1) a respeito da valorização da tradição oral nas contações de histórias como recurso de trabalho escolar para se estabelecer temas relacionados à matriz africana; e para reflexões (2) a respeito das Leis 10.639 e 11.645/08 que, respectivamente, estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática da História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena e que dão as diretrizes para a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

Assim, este trabalho tem como objetivo propor algumas reflexões e considerações a respeito da cultura afro-brasileira no ambiente educacional, bem como a importância da oralidade africana neste contexto. Para isso, pautamo-nos numa pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, apresentando diferentes autores, como Hampaté Bâ (2010), Romão (2005) e Vansina (2010) e os documentos oficiais da educação e as leis que tratam sobre o

assunto. Esta investigação se configura como uma pesquisa qualitativa considerando que permite “[...] analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano” (LAKATOS; MARCONI, 2006, p.269). Possibilitando, com isso, fornecer uma análise sobre as investigações, hábitos, atitudes e tendências de comportamento, entre outros aspectos do objeto estudado.

Para alcançar tal objetivo, este artigo foi dividido em duas seções que tratam de cada uma das reflexões anteriormente citadas. A primeira seção traz um breve histórico da tradição oral africana e afrodescendente, ressaltando as narrativas orais não como simplesmente meios de comunicação, mas como ações extremamente complexas que perpassam o simples falar como estrutura linguística; são ações coletivas de união e trocas entre as gerações. A segunda seção aponta para a história e cultura afro-brasileira na educação, visto como um espaço de resistência e de necessária reflexão e problematização constante. Por fim, apresentaremos as considerações finais que entrelaçam ambas as reflexões aqui propostas.

2. Breve histórico da tradição oral Africana e Afrodescendente

Há muito tempo, no continente africano, os povos da África Antiga transmitiam toda cultura acumulada por meio da tradição oral. Não era somente transmissão de conhecimentos distantes e frios, era uma extensão da vida. Os mais velhos comunicavam seus saberes aos mais jovens valorizando assim a palavra. Palavra esta que era pensada, refletida e vivida antes de ser falada e transmitida aos outros. Dessa maneira produzia-se conhecimento e cultura.

No texto *A educação tradicional africana*, Hampaté Bâ, discute sobre o conhecimento na África, afirmando que:

O conhecimento africano é um conhecimento global, um conhecimento vivo. É por isso que os anciãos, os últimos depositários desse conhecimento, podem ser comparados a vastas bibliotecas, das quais as múltiplas prateleiras estão ligadas entre si por relações invisíveis que constituem precisamente esta "ciência do invisível", autenticada pelas correntes de transmissão iniciática. (HAMPÂTÉ BÂ, 2010, p. 210)

O conhecimento global e vivo, comparado a grandes bibliotecas que se relacionam entre si fazia parte da educação tradicional africana, onde os idosos contavam as histórias para os mais jovens através de ritos de iniciação.

Quando os europeus chegaram em terras africanas, interromperam a continuidade da tradição oral, oprimindo e escravizando africanos, tirando-os de suas terras e escravizando-os. No texto *A educação tradicional africana*, Hampaté Bâ (2010) também discutiu sobre esse assunto informando que a invasão externa europeia fez de tudo para impor sua superioridade tecnológica aos africanos, estigmatizando-os como inferiores, devido a uma ação externa, extra africana chamada de colonização, que ao chegar com a sua superioridade tecnológica, métodos idealizados em via própria, fizeram de tudo para impor seus modos de vida aos africanos, preparando o terreno para a implantação da tradição europeia.

Sendo escravizados, oprimidos e arrancados de suas terras, os africanos chegaram até o Brasil e com eles a força da tradição oral. Por meio das narrativas orais eles não somente falavam, mas transmitiam toda a sabedoria acumulada de geração a geração, aconselhavam, meditavam e acima de tudo evocavam a memória coletiva produzindo assim cultura por meio da palavra.

Hampaté Bâ (2010) ressalta que a palavra é algo intrínseco ao próprio homem, afirmando assim que nas civilizações orais a palavra compromete o homem, sendo ela o próprio homem. Por isso, o respeito profundo pelas narrativas tradicionais revisitadas no passado, onde a trama permanece imutável pelo ornamento poético veiculada na memória prodigiosa, característica própria dos povos de tradição oral.

Vansina (2010) também trata da questão da tradição oral em seu texto sobre as narrativas africanas, valorizando-a como cultura transmitida de geração a geração, dizendo que para uma sociedade oral o reconhecimento da fala não é apenas um meio de comunicação cotidiana, mas uma maneira de preservação da vida e sabedoria dos ancestrais, no que se pode chamar de elocuições chave que se resume em tradição oral, testemunho legada de uma geração a outra.

O testemunho citado por Vansina (2010) como manifestação cultural dos africanos não era mediado pela escrita, mas mantido pela força e poder da palavra, que é vívida, complexa, refletida e vivenciada pela memória coletiva. Essa força e poder eram garantidos pela reflexão equilibrada entre o tempo e o silêncio. Tempo de entender os momentos oportunos, de dizer ou não a palavra que não era solitária, mas resultado de trocas dialógicas entre as gerações. Dessa maneira, muitas comunidades africanas transmitiam e construíam saberes por meio da oralidade, pois ela não é inferior a escrita, ambas tem seu valor e suas peculiaridades. Enquanto a escrita registra, fotografam fatos, ações e construções de um grupo

ou povo, a oralidade busca na memória coletiva e individual essas construções se revelando com palavras faladas, dinâmicas pensadas, refletidas e vividas por muitas gerações.

Essas palavras, narrativas orais, não são, simplesmente, meios de comunicação, mas são ações extremamente complexas que perpassam o simples falar como estrutura linguística, são ações coletivas de união e trocas entre as gerações. Vansina (2010) em seu texto, *A tradição oral e sua metodologia - na Coleção História Geral da África, volume I* - fala das características da tradição oral as quais diferenciam das formas escritas devido a sua complexidade, pois um documento escrito é um manuscrito que difere de um documento oral, que pode ser definido de formas diversas, pois o sujeito falante pode agir de maneira dinâmica no testemunho para modifica-lo e ou reconstruí-lo.

A presença do indivíduo para interromper, corrigir, recomeçar é que faz das narrativas um caminho de ações coletivas, dinâmicas e complexas. Torna-se, portanto, um caminho de indivíduos que usam palavras e que saibam ouvir tais palavras produzindo construções culturais. E as múltiplas utilidades da tradição oral é que vai fazer o processo de interação entre as gerações ficar dinâmico.

Hampaté Bâ (2010) diz sobre a complexidade da história na África, capaz de articular vários saberes interdisciplinares, transversais e universais, afirmando que:

Na África, tudo é História. A grande História da vida comporta seções que serão, por exemplo: a história das terras e das águas (a geografia), a história dos vegetais (a botânica e a farmacopéia), a história dos "filhos do seio da terra" (a mineralogia), a história dos astros (astronomia, astrologia) etc. Estes conhecimentos são sempre concretos e dão lugar a utilizações práticas. Na ordem dos conhecimentos, começa-se "por baixo", pelos seres e as coisas menos desenvolvidas ou menos animadas em relação ao homem, para "subir" até o homem. (p.184).

Para o autor, na África Antiga tudo se relacionava com história, tudo era história. Uma grande história transmitida, complexa e dinâmica, era capaz de, detalhadamente, registrar por meio da oralidade individual e coletiva todas as memórias e fatos vivenciados por gerações passadas, pois a tradição transmitida era tão precisa e rigorosa que se podia, com inúmeras confirmações, reconstituir os grandes feitos dos séculos passados com minuciosos detalhes, como as conquistas e vidas dos impérios hegemônicos ilustrados na história africana.

Com contações de histórias teias culturais chegaram até nós, primeiro na África Antiga com os tradicionalistas e os griôs que nas sombras dos baobás e nas comunidades africanas contavam histórias orais. Depois, nos navios negreiros, nas senzalas, nas danças e nas festas, no passado e presente. As histórias estão aí por toda parte. Essas oralidades

históricas foram tecidas com os indígenas que já habitavam o Brasil e portugueses colonizadores, formando assim uma grande teia cultural brasileira, plural e diversa que merece ser valorizada sem garantir hegemonia de um povo sobre o outro.

Garantia de respeito à pluralidade e diversidade está além de leis e decretos é uma conscientização intrínseca individual e ao mesmo tempo coletiva de um povo que sendo considerado sem alma, por conta da cor, não deixou de contribuir com suas histórias e de construir sua identidade. De acordo com Cunha (2012), “o tráfico negreiro representa um papel essencial na constituição dos referenciais históricos, estéticos e simbólicos das matrizes africanas responsáveis pela formação da identidade afro-brasileira” (p. 81). Infere-se, com isso, que é impossível pensar num país colonizado por europeus sem falar em tráfico negreiro, sem falar em tradição oral e histórias. Com isso, valorizamos as contribuições indígenas e africanas que constituem referenciais importantíssimos para identidade brasileira as quais construíram cultura tanto quanto a europeia.

3. A história e cultura Afro-Brasileira na Educação: um espaço de resistência

Compreendemos que muitas foram as lutas para valorização do negro no Brasil, desde a época da escravidão até aos dias atuais, inúmeros foram os movimentos de resistência a escravidão e repúdio ao racismo, seja nas artes, na poesia, nos discursos orais, na formação dos quilombos, mas no ambiente escolar esses movimentos ainda não eram legalizados com uma lei específica. A lei 10.639, que alterou a Lei 9394/1996, e atualmente a 11.645/08 que alterou a 10.639/03 são resultados de lutas e movimentos que conseguiram a garantia da obrigatoriedade de se estudar a história da África dos africanos, afro-brasileiros e indígenas¹ no currículo escolar da Educação Básica brasileira. Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Já a segunda, 11.645, de 08 de março de 2008, estabelece que as diretrizes e bases da educação nacional, incluam no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

¹ Embora apresentamos a temática indígena incluída no currículo escolar, focamos, nesse artigo, nos estudos da contribuição africana e afro-brasileira por ser campo de nosso trabalho.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Brasileira para as questões étnico-raciais (2004) indicam que A Lei 10639, de 9 de janeiro de 2003, foi um marco histórico. Simbolizando um ponto de chegada e partida nas lutas antirraciais brasileiras. O ponto de chegada simboliza o resultado das lutas e a conquista de uma ação afirmativa antirracista e democrática para um povo que sofreu e sofre com práticas preconceituosas de discriminação e desrespeito social, econômico, psicológico, político e cultural. A partida como caminho para renovação da qualidade educacional sugere respeito à diversidade étnica brasileira, garantindo a todos as mesmas oportunidades, não somente no acesso, mas na qualidade, equidade e permanência desse grupo em todas os níveis educativos.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira foi ampliada com 26º artigo da lei 10.639/03 e pela Lei 11.645/08, com isso, é obrigatório trabalhar a questão étnica racial na Educação Básica, proporcionando mudança nas atitudes, na consciência racista, resgate de valores que foram violados da comunidade negra por conta da escravização.

Percebe-se, com a criação dessas leis, que os movimentos sociais com suas reivindicações lutam pela igualdade racial e por legitimidade de direitos e valorização da história, enfatizando o direito à História dos povos africanos (PEREIRA, 2012), acesso e permanência dos negros nos espaços sociais, por meio de políticas públicas de inclusão social. Tais leis são conquistas de ações conjuntas dos movimentos sociais, que priorizam a igualdade de oportunidades nos diferentes espaços sociais e a reparação social. Todavia, há de se questionar alguns fatos ainda com relação a preconização destas leis. Romão (2005), por exemplo, apresenta-nos um desses questionamentos, a saber: “quando se discute a implementação da Lei 10.639/03 ainda se faz necessário à busca por respostas sobre como foi o processo de acesso do negro à escolarização. Afinal, ‘como o negro chegou à escola?’” (p. 11).

A autora supracitada aponta a relevância desse questionamento, associando essa perspectiva a Lei 10.639/03 e ressalta que um dos aspectos importantes que tal Lei nos apresenta é:

[...] o do restabelecimento do diálogo, rompendo-se o monólogo até então instituído, que trazia por referencia o falar e o fazer escolar com base em um único valor civilizatório. A lei, portanto, rompe com a ideia de subordinação racial no campo das idéias e das práticas educacionais, e propõe desconceituar, pela escola, o negro, seus valores e as relações raciais na educação e na sociedade brasileira. (ROMÃO, 2005 p.12).

A escola, portanto, torna-se um espaço de resistência e enfrentamento de conflitos

sociais. A inserção dessas Leis, segundo Romão (2005), contribui para “conhecer a história da educação do negro brasileiro, em seus aspectos de exclusão, resistência e inclusão, com o exercício de seus direitos. A história da educação do negro é a história de um conjunto de fenômenos” (p. 12).

A escola não pode mudar tudo e nem pode mudar a si mesma sozinha. Ela está intimamente ligada à sociedade que a mantém. Ela é, ao mesmo tempo, fator e produto da sociedade. Como instituição social, ela depende da sociedade e, para se transformar, depende também da relação que mantém com outras escolas, com as famílias, aprendendo em rede com elas, estabelecendo alianças com a sociedade, com a população. (GADOTTI, 2007, p. 11)

Nesse sentido, é preciso quebrar com paradigmas hierárquicos pré- estabelecidos de que tudo que é estético e puro tem de ser europeu, quebrar com o mito da democracia racial, tendo em vista uma educação democrática, plural e dialógica, onde os prejuízos históricos de desigualdade enfrentada pelos negros sejam discutidos. É preciso investimento em conscientizações sobre a cor de pele, traços físicos e os diferentes tipos de cabelos. É preciso, conforme preconizam as Diretrizes curriculares Nacionais para Educação das relações Étnico-raciais (2004), que a comunidade negra e afrodescendente tenha o direito de ser reconhecida e valorizada, tendo em vista os anos de perdas e opressão étnico-racial, visto que:

[...] A demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação, passou a ser particularmente apoiada com a promulgação da Lei 10639/2003, que alterou a Lei 9394/1996,(...)Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. E isto requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer também que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicadas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira...” Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. (BRASIL, 2004. P.11).

A Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 5º diz que todos somos iguais perante a lei, com direito a vida, a liberdade e a igualdade, logo avançamos em termos legais, tendo como discurso o repúdio ao preconceito, às desigualdades e injustiças. Compreendemos porém que na realidade cotidiana brasileira é bem diferente, pois as desigualdades sociais têm sido uma das marcas antidemocráticas de nossa nação, logo, é preciso investir para que a comunidade escolar seja inserida na tomada de consciência de que buscamos uma educação igualitária e de valorização humana. (GONÇALVES, 2012.p. 25).

As demandas populares brasileiras têm em sua grande maioria afrodescendentes. Os negros ainda são minoria nas universidades e os meios de comunicação ainda discriminam os negros e afrodescendentes colocando-os para realizarem funções subalternas. Nas Diretrizes

Curriculares Nacionais para o Ensino de Questões Étnico Raciais lemos que:

Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. (BRASIL, 2004.p. 14)

As políticas afirmativas de valorização e reconhecimento da história e cultura africana são louváveis, mas é preciso estabelecer relações e práticas reflexivas que perpassam na escola. Ações que prevaleçam o respeito, a justiça, a dignidade e a democracia racial como alicerce para humanização e não exploração. Práticas reflexivas onde a oralidade tenha lugar de destaque com histórias de negros e afrodescendentes e que os docentes tenham formação em serviço capaz de promoverem um ensino de qualidade e de valorização das etnias favorecendo a consciência negra, visto que “Em primeiro lugar, é importante esclarecer que ser negro no Brasil não se limita às características físicas. Trata-se, também, de uma escolha política”. (BRASIL, 2004. p. 16)

A comunidade escolar não pode improvisar sobre a temática étnico-racial. É imperativo que se desfaça a mentalidade racista e discriminadora herdada pela escravização, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, conscientizando as gerações com processos pedagógicos de inclusão social. Significa dizer que as temáticas educativas precisam tratar da inferiorização vivenciada pelos africanos e afro-brasileiros, bem como a tomada de consciência e luta por uma educação reparadora e de igualitária. (BRASIL, 2004).

4. Resultados e discussão

A partir das leituras, reflexões e estudos elencamos como resultados de nosso trabalho a importância de aprofundamento sobre a temática que envolve a história da África, africanos e afro-brasileiros, em especial para os docentes que atuam na educação Básica.

Ao estudarmos sobre o legado oral que os povos da África Antiga nos deixaram percebemos que a luta para garantia de reconhecimento da história africana foi marcada pela tradição oral, elemento dinâmico de comunicação, preservação da memória e cultura de um povo. Com isso, compreendemos que o racismo é um problema a ser vencido no Brasil, e não o resolveremos com a classificação étnica dos descendentes africanos, senão com a conscientização político-social de pertencimento e constituição da identidade negra.

A temática e valorização africana e afro-brasileira é um problema social que perpassa a escola, por isso é de responsabilidade educativa que a história da África, africanos, afro-brasileiros e indígenas seja compartilhada de maneira que contribua para a democratização do ensino, que pode ser mediada por meio da contação de histórias onde a representatividade negra seja valorizada.

5. Considerações finais

Com relação à primeira reflexão proposta por este trabalho, acreditamos que valorizar a tradição oral nas contações de histórias significa buscar na ancestralidade africana oral maneiras sensíveis de ver, observar e transmitir saberes que por meio da experiência coletiva e individual, articulada com a memória, vão produzir cultura que perpassa gerações com narrativas orais.

A sabedoria da África Antiga era transmitida através da vida, das histórias que eram contadas e vividas intensamente por um povo que, apesar de atualmente ter a escrita como fonte de registro para as futuras gerações, teve como primórdio a oralidade como tradição e herança cultural e, por isso, a importância de ressaltá-la como meio de ensino e aprendizagem quando o assunto em pauta é a inserção da história e cultura afro-brasileira nas salas de aula brasileiras.

A escola oral produzida pela palavra era uma escola vida, com suas nuances e interfaces, carregadas de valores, diferenças, crenças, religiosidades, mitos, simbolismo, sabedoria popular. A palavra era o guia que aconselhava e contava os segredos, os mistérios, que perpassavam as gerações. A palavra era primitiva e entrelaçava com a memória individual e coletiva, a partir dela evocava-se a memória de situações vividas ou ouvidas antecipadamente produzindo novos discursos. Palavra e memória eram indissociáveis, complexas e se relacionavam com o passado, presente e futuro. Com o passado pela palavra, que era a sabedoria da vida e a cultura de um povo. Daí sua importância como meio de problematização e reflexão sobre o assunto em qualquer ambiente, em especial, na instituição escolar.

Com relação a segunda reflexão proposta por este trabalho, entendemos que a Lei 9394/96 foi ampliada para dar espaço ao ensino sobre a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no currículo da Educação Básica. Entendemos inclusive que, em primeira instância,

a inclusão de temas referentes às culturas africanas e afrodescendentes nos currículos escolares representam “o estabelecimento de políticas afirmativas que permitem à sociedade brasileira reconhecerem sua dívida para com os africanos e seus descendentes” (PEREIRA, 2007, p. 62). Porém, enfatizamos que essa ampliação de espaço e reconhecimento de dívida não garante o fim do preconceito estabelecido durante muitos anos e que atinge também os sistemas de ensino. Somente com discursos antirracistas e de valorização do negro e afrodescendente minimizaremos os séculos de prejuízos. Esse ofício é um processo longo, contínuo e de muito trabalho de conscientização, discussões e resistências.

A pesquisa evidenciou ainda a importância da aprovação da Lei 10.639/03 e 11.645/08 e apontou para elas como uma conquista de movimentos sociais, mostrando a necessidade de questionar alguns fatos com relação à preconização destas leis. Apesar dos pontos e contrapontos, das metáforas e metonímias que poderíamos entrelaçar as mais diversas discussões a respeito do assunto, concordamos que a inserção dessas Leis podem contribuir, dentre outros aspectos, para a formação identitária, para o exercício dos direitos e para o conhecimento da história da educação do negro brasileiro. Ressaltando, para isso, a necessidade que tais ações afirmativas se entrelacem com a intencionalidade dos educadores envolvidos e comprometidos com uma educação mais justa e igualitária. Pois, ainda hoje, vivemos numa sociedade desigual e vestida em trajes preconceituosos e racistas que corroboram com a carência identitária que muitos ainda apresentam enquanto negros e defensores de suas histórias e ancestralidades.

A história da África também é nossa, pois somos únicos, plurais e diversos, embora saibamos que a hegemonia de uma etnia sobre outras sempre foi assunto de discussões e polêmicas no passado e no presente. Somos únicos, pois falamos, discutimos, contamos histórias, construímos teias culturais. Somos plurais pelos entrelaços culturais e diversos pelas diferenças que permitem as trocas sociais e culturais. Então, nada melhor que avançarmos no respeito e valorização da tradição oral outorgada pela África Antiga, sem ingenuidade, mas com a consciência de que o caminho é sinuoso e cheio de racismo velado, disfarçado no mito da democracia racial. Que as diversas vozes sejam ouvidas, que reparações se concretizem que a igualdade e equidade sejam reais para todos os grupos sociais.

Referências

Bâ, Amadou Hampaté, A. (2010) Tradição Viva In. *História geral da África*, In: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph Ki -Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO. Capítulo 8, p. 167. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190249por.pdf>> acessado em: nov. 2019.

Brasil. (2003). *Lei nº10.639* de 9 de janeiro de 2003.Ministério da Educação. Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_10639_09012003.pdf Acesso em: mai. 2019.

Brasil. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/1996*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: set. 2019.

Brasil. (2004). *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações Etnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf> Acesso em: set/2019

Brasil. (2004). *Resolução n. 1*, de 17 de junho de 2004. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: set/2019.

Castro, Gonçalves Ribeiro. (2012). *História e Cultura Africana e Afro-brasileira na escola/* Maurício de Barros de Castro [et.al.]; Maria Alice Rezende Gonçalves, Ana Paula Alves Ribeiro (organizadores). – Rio de Janeiro; Outras letras.

Cunha, Washington Dener dos Santos. (2012). O comércio de almas e corpos: uma pequena história do tráfico. In: CASTRO, GONÇALVES, RIBEIRO. *História e Cultura Africana e Afro-brasileira na escola/* Maurício de Barros de Castro...[et.al.];Maria Alice Rezende Gonçalves, Ana Paula Alves Ribeiro (organizadores). – Rio de Janeiro; Outras letras.

Gonçalves, Maria Alice Rezende. (2012). Ações afirmativas: as políticas públicas de inclusão de negros no sistema de ensino superior brasileiro. In: CASTRO, GONÇALVES, RIBEIRO. *História e Cultura Africana e Afro-brasileira na escola/* Maurício de Barros de Castro...[et.al.]; Maria Alice Rezende Gonçalves, Ana Paula Alves Ribeiro (organizadores). – Rio de Janeiro; Outras letras, 2012.

Romão, Jeruse (Org). (2005). *História da Educação do Negro e outras histórias*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. –Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

Vansina, Jan. (2010). A tradição oral e sua metodologia. In: KIZERBO, J. Coordenador. *História Geral da África: I metodologia e Pré História da África*. São Paulo: Ática; UNESCO, 2010. 992p. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190249por.pdf>- Acesso em: jan. 2019.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Valéria da Silva Lima – 35%

Alyxandra Nunes – 35%

Eduardo dos Santos de Oliveira Braga – 30%